

AS MUDANÇAS NO SENTIDO ESTRATÉGICO DO MERCOSUL PARA A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: DA REDEMOCRATIZAÇÃO (1985) À CRISE BRASILEIRO-ARGENTINA (1999-2002)

Walter Antonio Desiderá Neto¹

Este artigo objetiva analisar as mudanças no sentido estratégico conferido pela política externa brasileira ao Mercado Comum do Sul (Mercosul) de 1985 a 2002. Dessa forma, o exame não se concentra apenas a partir da assinatura do Tratado de Assunção em 1991, mas também desde a aproximação bilateral entre Brasil e Argentina iniciada em meados da década de 1980. Avançando cronologicamente, as formas como o bloco foi abordado pela diplomacia brasileira nos mandatos dos presidentes Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso são relacionadas com as linhas gerais da política externa adotada por cada um deles, de forma a dar sentido a este que pode ser considerado um primeiro ciclo de ascensão e queda nas perspectivas de sucesso da integração regional do Cone Sul (1985-2002).

Palavras-chave: Mercosul; política externa brasileira; integração sul-americana.

SHIFTS ON THE STRATEGIC MEANINGS GIVEN TO MERCOSUR BY BRAZILIAN FOREIGN POLICY (1985-2002)

This article aims to analyze the shifts on the strategic meanings given to Mercosur by Brazilian foreign policy from 1985 to 2002. In this sense, the exam is not concentrated chronologically from the Treaty of Asunción signature in 1991 on, but also since the bilateral approximation between Brazil and Argentina initiated in the mid-1980s. In sequence, the way Mercosur was approached by the Brazilian diplomacy in the administration of Presidents Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso are related to the main trends of the foreign policy adopted by each of them, in order to give sense to what can be considered a first cycle of raising and falling expectations about the success of Southern Cone regional integration (1985-2002).

Keywords: Mercosur; Brazilian foreign policy; South American integration.

JEL F15; F53; F59.

Rev. Tempo do Mundo, 5(1): 153-169 [2013]

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar historicamente o papel que foi destinado ao Mercado Comum do Sul (Mercosul) pela política externa brasileira – não apenas a partir da assinatura do Tratado de Assunção em 1991, mas também desde o diálogo bilateral entre Brasil e Argentina iniciado em meados da década de 1980. Avançando cronologicamente, a maneira como o bloco foi instrumentalizado pela diplomacia brasileira nos mandatos dos presidentes Fernando Collor

1. Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea.

de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso será analisada, de forma a dar sentido a este que foi um primeiro ciclo de ascensão e queda nas perspectivas de sucesso da integração regional do Cone Sul (1985-2002).

2 A APROXIMAÇÃO BRASILEIRO-ARGENTINA SOB UM CONTEXTO INTERNACIONAL EM TRANSFORMAÇÃO: PAZ, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO

Em 1985, os recém-empossados governos civis do Brasil e da Argentina, liderados pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, respectivamente, inauguraram um processo de aproximação bilateral e de assinatura de acordos entre os dois maiores países da América do Sul. Ainda que este processo tenha representado uma importante inflexão sobre as animosidades e as incertezas que caracterizaram boa parte das relações bilaterais do período antecedente,² no qual os dois países foram dirigidos por governos militares, outros movimentos observados na história das relações bilaterais sinalizavam a existência de disposição para diálogo e integração em ambos os lados da fronteira.

Entre esses movimentos, vale mencionar: o Tratado Argentina, Brasil e Chile (ABC) de 1915; os acordos assinados entre os presidentes Getúlio Vargas e Augustín Pedro Justo na década de 1930, que renderam a construção da ponte entre Uruguaiana e Paso de Los Libres; o conceito do triângulo ABC proposto por Juan Domingo Perón no início dos anos 1950; a Operação Pan-Americana do presidente Juscelino Kubitschek (Bueno, 2012); a formação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) em 1960; a Declaração de Uruguaiana emitida pelos presidentes Jânio Quadros e Arturo Frondizi em 1961, no contexto da Política Externa Independente (PEI)³ idealizada por Afonso Arinos de Melo Franco e San Tiago Dantas no Brasil (Vidigal, 2012); e a solução da questão Itaipu-Corpus em 1979 (Vaz, 2002).

Dessa maneira, a experiência desses eventos de certa forma isolados no passado colaborou para que, a partir da retomada da democracia nos dois países e, com o encaminhamento para o fim da Guerra Fria, os dois presidentes pudessem consagrar um novo e ininterrupto período nas relações bilaterais que se caracterizasse pelo fim do antagonismo e das possibilidades de conflito armado entre Brasil e Argentina. Portanto, em 1985, diante da conjuntura internacional de declínio do socialismo e de avanço da interdependência econômica no mundo capitalista, tanto a política externa brasileira como a argentina avistaram na aproximação bilateral uma importante oportunidade para expor ao mundo a retomada

2. Deve-se reconhecer que as desconfianças e as visões antagonicas entre as duas maiores nações da América do Sul pairaram sobre as relações bilaterais desde antes mesmo de suas independências (Fraga, 2000).

3. Naquela visão adotada pela política externa brasileira, pela primeira vez, a cooperação Sul-Sul ou o universalismo se tornou o eixo central de ação (Leite, 2011).

de seu compromisso com os valores democráticos, de maneira a reconquistar sua credibilidade externa perante as potências ocidentais.

Do ponto de vista econômico, os anos que se sucederiam seriam caracterizados pela intensificação da liberalização dos fluxos comerciais e, conseqüentemente, da competição econômica no planeta. Dessa forma, ainda influenciados pelo pensamento econômico cepalino desenvolvimentista, José Sarney e Raúl Alfonsín, na Declaração de Iguazu (1985), sob o simbolismo integracionista da inauguração da ponte Presidente Tancredo Neves entre as cidades de Foz do Iguazu e Puerto Iguazu, criaram uma comissão mista para estudar todos os setores em que poderia haver mais integração entre os dois países, incluindo infraestrutura de transportes, energia e comunicações, bem como cooperação científica e tecnológica. Além disso, propuseram também coordenar posições para reforçar o poder de negociação de ambas as partes nos assuntos relacionados à crise da dívida externa. Afinal, como é possível observar, do ponto de vista econômico, o regionalismo idealizado pelas duas nações em meados dos anos 1980 tinha caráter intervencionista estatal.

Para que um exercício de integração dessa envergadura fosse possível, não havia mais espaço para a permanência de desconfianças do passado a respeito da natureza dos programas nucleares dos dois lados da fronteira. Por isso, nessa ocasião, os presidentes em questão, consolidando um processo de entendimento que vinha ocorrendo lentamente desde a resolução da questão Itaipu-Corpus, também emitiram a Declaração Conjunta Sobre Política Nuclear (1985), na qual foi estabelecida a finalidade pacífica e de pró-desenvolvimento das pesquisas que ambos vinham executando com material nuclear desde os anos 1950 (Oliveira, 1998). Foram lançadas, ademais, iniciativas de cooperação técnica bilateral na mesma área temática, caracterizando uma importante medida para a confiança mútua que sepultou um longo histórico de acusações entre os dois países.

No ano seguinte, além de ser emitida a Ata de Amizade Brasileiro-Argentina (1986), de teor pacífico-estratégico, foi divulgada também a Ata para a Integração Brasileiro-Argentina (1986). Neste documento, a preocupação com os desafios da competição econômica do século XXI foi colocada de maneira mais explícita. Como caminho para superar estes desafios, avistou-se a criação de um espaço econômico comum, a ser alcançado a partir do estabelecimento do Programa de Integração e Cooperação Econômica (Pice) caracterizado por gradualismo, flexibilidade e cautela: um conjunto reduzido de projetos integrados em todos os seus aspectos, com previsão de harmonização simétrica de políticas para assegurar o êxito dos projetos e a credibilidade do programa. Ademais, pensou-se na integração de cadeias produtivas, bem como na harmonização de políticas econômicas, caracterizando a idealização de um regionalismo econômico desenvolvimentista, com intervenção estatal.

Em 1988, a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre o Brasil e a Argentina veio sintetizar os resultados dos esforços realizados pelas comissões de trabalho criadas desde 1985. O objetivo geral do tratado era a consolidação do processo de integração econômica entre as duas nações sul-americanas, respeitando os princípios de gradualismo, flexibilidade, equilíbrio e simetria presentes desde o Pice. Do ponto de vista da política externa brasileira, estes princípios eram importantes para a manutenção de uma margem de autonomia para o país ao longo do processo, conforme coloca Seixas Corrêa (2000, p. 190). De toda forma, a partir de então, o processo deixou de dizer respeito a apenas determinados setores econômicos, passando a abarcar todo o setor produtivo e eventualmente excluir um ou outro que se julgasse sensível.

Segundo o tratado, a constituição de um mercado comum entre as duas maiores economias do continente sul-americano ocorreria em duas etapas: primeiro, formação gradual de uma área de livre comércio em dez anos; segundo, harmonização das demais políticas públicas necessárias à formação do mercado comum, por meio de acordos específicos. É importante ressaltar que o tratado deixava explícito que todas estas decisões que viessem a ser tomadas deveriam ser aprovadas pelos poderes Legislativos dos dois Estados-partes, caracterizando o exercício integracionista como intergovernamental ou ausente de prerrogativas supranacionais – e resguardando a autonomia de ação externa de cada um dos países para a consecução de seus objetivos de inserção internacional.

De maneira resumida, é possível afirmar que, sob a gestão de José Sarney e Raúl Alfonsín, a aproximação bilateral entre o Brasil e a Argentina se beneficiou da convergência de visões de política externa dos dois lados da fronteira, que miravam na integração uma oportunidade para a afirmação de uma relação bilateral baseada em três valores que eram essenciais para o restabelecimento da credibilidade externa no mundo pós-Guerra Fria: paz, democracia e desenvolvimento. Mesmo com as idas e vindas experimentadas pela integração no Cone Sul, estes valores continuam tendo caráter central no processo regional até o presente.

3 O MERCOSUL SOB AS ÓTICAS DE FERNANDO COLLOR DE MELLO E DE ITAMAR FRANCO: O AUGO DO REGIONALISMO ABERTO E A READAPTAÇÃO DO PROCESSO

Com a chegada ao poder de Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente eleito pelo sufrágio direto depois de quase trinta anos no Brasil, em um contexto internacional caracterizado principalmente pelo fim iminente do conflito Leste-Oeste e pela globalização, mormente dos fluxos econômicos, a política externa brasileira sofreu forte alteração de prioridades. Como resumem Hirst e Pinheiro (1995, p. 6), três novas

metas foram pretendidas: “1) atualizar a agenda internacional do país de acordo com as novas questões e o novo *momentum* internacional; 2) construir uma agenda positiva com os Estados Unidos; e 3) descaracterizar o perfil terceiro-mundista do Brasil”.

No que se refere à economia, o novo governo imbuíu-se da concepção de que uma série de reformas modernizadoras e pró-mercado – liberalização das relações comerciais e de investimentos e privatização de empresas públicas, entre outras medidas – era um caminho inevitável a ser perseguido para resolver os problemas da dívida externa (acesso ao financiamento) e da baixa competitividade da indústria nacional. Este novo quadro conceitual de orientação da política econômica – e também da política externa – tinha como fonte de formulação correntes hegemônicas globais de pensamento que se baseavam no triunfalismo do final da Guerra Fria e, certamente, no protagonismo do bloco ocidental capitalista. Na Argentina, estas correntes se expressaram de maneira ainda mais radical (mais veloz e mais intensa) sob a presidência de Carlos Saul Menem.⁴ Vale notar que nesse país o fator mais importante que condicionava as inovações doutrinárias era a iniciativa presidencial, havendo pouca tradição formuladora por parte da diplomacia (Arbilla, 2000).

De acordo com Lima (1994), constata-se que as mudanças na política externa brasileira foram mais bruscas entre o primeiro e o segundo governo civil pós-Guerra Fria que entre o primeiro governo civil e o último governo militar, ainda que entre estes haja descontinuidade de regime político. Isto se deve a pelo menos três fatores que estiveram mais presentes no governo Sarney e menos no governo Collor de Mello (Oliveira, 2005; Hirst e Lima, 1990): *i*) o Ministério das Relações Exteriores (MRE) conseguiu manter seu relativo monopólio sobre a formulação da política externa; *ii*) não houve grandes debates na opinião pública sobre os rumos da política externa; e *iii*) não houve ampliação significativa da agenda de política externa. Em outras palavras, a partir da gestão de Fernando Collor de Mello, com a consolidação democrática e o voto direto, além dos efeitos da globalização – compressão do espaço e do tempo propiciada pelas novas tecnologias de comunicação e de transportes –, iniciou-se um processo de politização da formulação da política externa brasileira que não se observou no governo anterior.

Dessa maneira, enquanto o governo Sarney deu prosseguimento à aplicação do paradigma globalista⁵ de política externa, de inspiração desenvolvimentista e cepalina-estruturalista, entre outras (Pinheiro, 2000), o governo Collor de Mello

4. Por exemplo, a Argentina participou com o envio de navios na Guerra do Golfo Pérsico de 1990 a 1991.

5. Esse paradigma tem três características: *i*) crítica nacionalista à matriz americanista da política externa brasileira tradicional; *ii*) visão das relações econômicas internacionais sob o prisma centro-periferia; e *iii*) concepção teórica realista das relações políticas internacionais, em que se entende que o sistema internacional é anárquico e os países têm o dever de defender seus interesses nacionais (Lima, 1994, p. 35).

rompeu com o consenso presente na diplomacia, retomou em partes o legado de Rio Branco e reaplicou o paradigma americanista, o qual concebia a aliança tática com os Estados Unidos como meio para melhorar a reputação e a credibilidade externas brasileiras e aumentar o poder de negociação do Brasil com o mundo (Lima, 1994). Dessa maneira, abandonando a clivagem Norte-Sul de inserção internacional e o modelo intervencionista de desenvolvimento, buscou-se adotar os padrões políticos e econômicos do bloco ocidental capitalista como forma de modernizar o país.

No plano da integração regional, o processo anterior não apenas foi mantido, mas também, logo em 1990, os novos presidentes do Brasil e da Argentina divulgaram a Ata de Buenos Aires, na qual anteciparam o prazo para a conformação definitiva do mercado comum para 1994,⁶ significando uma aceleração intensa do processo e uma amenização significativa do princípio do gradualismo no projeto integracionista. Conforme a ata, ênfase especial seria dada às reduções tarifárias generalizadas, lineares e automáticas, tornando-se esta a principal metodologia para a conformação do mercado comum.

Essa inflexão se revelou o abandono da perspectiva desenvolvimentista e a vinculação à nova visão de integração regional adotada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) para compatibilizá-la ao fenômeno da globalização e da liberalização multilateral: o regionalismo aberto. A partir de então, o novo processo de liberalização entre os dois maiores países do Cone Sul foi registrado junto à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi)⁷ como o Acordo de Complementação Econômica nº 14 (ACE-14).

A respeito do novo sentido estratégico conferido ao processo a partir de 1990, Vaz disserta que, seguindo a lógica do regionalismo aberto,

(...) [a integração] representaria espaço e oportunidade de aprendizado e adaptação dos setores privados para a abertura econômica e para a exposição à concorrência externa, segundo a lógica do mercado, representando também resposta adaptativa à formação de blocos econômicos [no mundo] (Vaz, 2002, p.88).

Retomando o histórico do processo de formação do Mercosul, para compreender as razões pelas quais o Paraguai e o Uruguai foram incorporados ao bloco em 1991, é preciso lembrar que, poucos dias antes da divulgação da Ata de Buenos Aires, o presidente dos Estados Unidos, George H. Bush (o pai), em momento emblemático para as relações internacionais do continente americano do pós-Guerra Fria, lançou a Iniciativa para as Américas. O presidente anunciou,

6. Lembrando que, conforme o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre o Brasil e a Argentina, de 1988, o prazo para a consolidação apenas da área de livre comércio era até 1998.

7. A Aladi é sucessora da ALALC, que foi abandonada em razão, principalmente, da inflexibilidade de seus mecanismos e da indisposição dos países participantes, à época (1960-1980), em efetuar concessões tarifárias em itens objeto do processo substitutivo de importações (Almeida, 2008, p. 74; Teixeira e Desiderá, 2012, p. 18).

brindando a recente onda de democratização nos países latino-americanos, que os três pilares desta nova política de relacionamento hemisférico seriam livre comércio, fluxo de investimentos e pagamento da dívida externa.

Em relação à questão comercial, dando como exemplo o acordo firmado com o México,⁸ o presidente americano propunha a formação de uma zona de livre comércio hemisférica (sem Cuba). Os outros dois pilares eram relacionados um ao outro e tinham como objetivo estabelecer uma maneira de os países latino-americanos e caribenhos superarem suas dificuldades no balanço de pagamentos. Dois dos principais motes do anúncio eram a desestatização e a desregulamentação da economia. Dessa forma, a abordagem com a América Latina calcada na segurança dos anos da Guerra Fria passou a ser substituída pelos temas econômicos.

Dessa maneira, sob a perspectiva do regionalismo aberto e a visão estratégica de que a integração regional em pequenos blocos seria importante para os setores produtivos terem tempo de se ajustarem à competição global e à eventual competição da indústria americana em uma zona de livre comércio hemisférica, o Paraguai e o Uruguai,⁹ que vinham participando paralelamente do processo de formas distintas, foram convidados a integrar o Mercosul.

A perspectiva de, como mercado comum, somarem recursos de poder para negociarem conjuntamente a abertura dos setores na eventual área de livre comércio americana foi decisiva para a realização do convite. Portanto, é fundamental salientar que, desde sua fundação, o Mercosul funciona como uma coalizão internacional. Prova disto foi a assinatura do Acordo 4+1 – países do Mercosul e Estados Unidos – sobre comércio e investimento, logo em 1991.

Ainda sobre a incorporação dos dois sócios menores quando da formação do Mercosul e da assinatura do Tratado de Assunção em 1991, merece atenção o fato de que permaneceram intactos o prazo para consolidação do mercado comum e a filosofia do regionalismo aberto presentes outrora no ACE-14. Em outras palavras, os dois países simplesmente aderiram ao processo iniciado pelos sócios maiores, sem efetuar adendos ou alterações ou receber tratamento diferenciado relevante¹⁰ (Vaz, 2002). O Tratado de Assunção não previu nenhum mecanismo de cooperação para o desenvolvimento, e o Mercosul permaneceu sem apresentar nenhuma iniciativa considerável desta natureza até a criação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), em 2004.

8. A Área de Livre Comércio da América do Norte (Nafta – sigla em inglês) compreende também o Canadá.

9. “À diferença dos demais países do Cone Sul, o Chile não aderiu ao Mercosul, ainda que mantenha um acordo de cooperação com o bloco. A principal objeção chilena, tal como foi oficialmente formulada, era de que o Chile havia optado por tarifas inferiores às adotadas pelo Mercosul, o que ocasionaria, no caso de levar a cabo a afiliação do Chile, uma elevação de suas tarifas, o que não lhe parecia conveniente” (Jaguaribe, 2005, p. 2).

10. Previram-se apenas diferenças pontuais no ritmo do programa de liberalização comercial, com prazo limite de 1995.

O prazo para a consolidação do mercado comum (1991-1994) foi denominado “período de transição” pelo Tratado de Assunção. O detalhamento exaustivo do procedimento a ser percorrido para a consolidação deste objetivo foi trabalho descrito pelo Cronograma de Las Leñas (1992), no qual se deixou de certa forma claro que, na realidade, para dezembro de 1994, era possível apenas a conformação de uma tarifa externa comum (TEC) ou, em outros termos, uma união aduaneira com limitações (Baumann, 2001, p. 26).

Com relação à forma do processo decisório fixado pelo Tratado de Assunção, aponta que

(...) a adoção do consenso como critério para a tomada de decisão foi de singular importância, na medida em que, primeiramente, assegurava às partes a faculdade que garantia a preservação de seus interesses essenciais, ainda que a capacidade de exercer o poder de veto que a fórmula do consenso trazia implícita não fosse homogênea (...). Essa faculdade era percebida como de grande significado sobretudo para os dois países menores, que encontrariam no multilateralismo o abrigo para a defesa de seus interesses, já que no relacionamento bilateral estariam sempre em condição de inferioridade (Vaz, 2002, p. 133).

Em 1993, após o pedido de *impeachment* e a renúncia do presidente Fernando Collor de Mello que se arrastou durante praticamente todo o ano anterior, o vice-presidente Itamar Franco assumiu a presidência do Brasil em um clima político e econômico bastante debilitado. De uma maneira geral, do ponto de vista da política externa, sob a formulação de Fernando Henrique Cardoso e de Celso Amorim como ministros das relações exteriores, buscou-se retomar traços da tradição globalista na inserção internacional brasileira, ajustando algumas alterações bruscas implementadas pelo presidente antecessor.¹¹

No que concerne à integração regional, as ações promovidas durante a breve gestão de Itamar Franco deram prosseguimento à execução das tarefas acordadas anteriormente para o período de transição do Mercosul. Além disso, no contexto destas iniciativas, foi proposta, para além do bloco, a formação da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), a qual teria em sua composição também os países do Pacto Andino, mais o Chile. Esta iniciativa, além de ampliar o alcance geográfico da iniciativa regional brasileira, tinha claro caráter defensivo em relação à Área de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) e à Iniciativa para as Américas, ainda que não tenha prosperado.

Como exemplos emblemáticos observados na readaptação para objetivos mais modestos ao processo de integração regional e o ajuste empreendido na política externa brasileira para assegurar a defesa da autonomia, vale destacar dois acontecimentos: a promoção da Decisão nº 13/1993 no Conselho do Mercado

11. Essa retomada foi iniciada por Celso Lafer ainda no último ano da administração de Fernando Collor de Mello.

Comum (CMC), tomada em Colônia do Sacramento, Uruguai, que postergou formalmente a consolidação do mercado comum para depois do período de transição; e o resultado obtido para a estrutura institucional do Mercosul no Protocolo de Ouro Preto, em 1994, sem nenhum organismo com prerrogativas supranacionais. Nesta ocasião, a TEC também foi estabelecida, formalizando a união aduaneira.

Com relação a esses ajustes, vale lembrar que, como coloca Bernal-Meza sobre a convergência das políticas externas do Brasil e da Argentina no processo de integração regional,

(...) se, por um lado, ambos os países iniciaram o lançamento do Mercosul com uma coincidência crescente nas políticas econômicas, logo após a destituição de Collor começariam a surgir crescentes divergências em matéria de política exterior.

(...) De maneira muito sintetizada, poderíamos assinalar que essas diferenças se centraram em cinco grandes núcleos: 1) as interpretações sobre a “ordem mundial emergente ou em transição” e sobre a “globalização”; 2) o papel a que cada um destes países aspirava nestes contextos; 3) os paradigmas dominantes sobre política externa; 4) as relações com os Estados Unidos; 5) e as políticas de segurança (Bernal-Meza, 1999, p. 42 e 44).

Como resume Hirst (1994, p. 41), enquanto a partir daquele momento a Argentina via nas relações especiais com os Estados Unidos uma oportunidade para atenuar as assimetrias com o vizinho, o Brasil buscava evitar este tipo de relação com a superpotência e, ao contrário, aprofundar o relacionamento com os vizinhos para agregar forças ao negociar uma eventual área de livre comércio hemisférica.

Cumprir lembrar que, em 1994, com a realização da I Cúpula das Américas, em Miami, o presidente americano Bill Clinton lançou o projeto da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a ser implementada no hemisfério com a exclusão de Cuba no prazo de dez anos. Com este acontecimento, a pressão para que o Mercosul consolidasse nos anos seguintes a união aduaneira se revelou premente – promovendo no processo de integração, ademais de seu sentido estratégico e econômico, o sentido de coalizão internacional.

4 A AUTONOMIA PELA ADESÃO, PARTICIPAÇÃO E INTEGRAÇÃO E O MERCOSUL POLÍTICO: DA IDADE DE OURO DO BLOCO À CRISE BRASILEIRO-ARGENTINA

Fonseca Júnior (1998), dissertando sobre a história recente da política externa brasileira, identificou a existência de uma constante busca por autonomia de ação, a qual teria se expressado de formas diferentes historicamente de acordo com os interesses e a posição de poder do país. Se no período da Guerra Fria, especialmente a partir da administração do general Ernesto Geisel, esta autonomia se expressava pela manutenção de distância em relação às ações militares do bloco

ocidental – levando à condenação do uso da força nas relações internacionais e à defesa do direito internacional, bem como a outras posições –, com o encerramento da Guerra Fria, e após a democratização no Brasil, mudanças na leitura que o país fazia de si mesmo e da ordem internacional alteraram sua maneira de buscar esta autonomia.

De acordo com aquele autor, na virada de 1994 para 1995, com a consolidação democrática representada pela eleição e posse do governo de Fernando Henrique Cardoso, bem como com a estabilização econômica trazida pelo Plano Real, consagrou-se a nova leitura, que vinha sendo feita do sistema internacional desde o final da gestão de Fernando Collor de Mello, de que a nova ordem em transformação se caracterizaria pela redução da importância das questões de segurança e pela estratificação da política internacional em regimes internacionais multilaterais e temáticos. Do ponto de vista econômico, para além da globalização dos fluxos, percebia-se a tendência internacional de se organizar em blocos regionais como preparo para a abertura comercial multilateral programada para um momento posterior. Neste ponto, o Mercosul, processado ainda antes da formação desta tendência, era para o Brasil como um patrimônio.

Em decorrência dessa leitura da conjuntura pós-Guerra Fria dos anos 1990 – bem como da leitura que a partir da dupla estabilização o país fazia de si mesmo –, a política externa brasileira do governo Fernando Henrique Cardoso buscou autonomia de ação em sua inserção internacional de três formas integradas. Primeiro, a partir da adesão aos regimes internacionais, com a finalidade de renovar sua credibilidade externa com relação a diversos temas em que tivera sua imagem debilitada perante as potências ocidentais nos anos anteriores, como democracia, direitos humanos, meio ambiente e proliferação nuclear. Vale destacar a adesão ao Tratado de não Proliferação Nuclear (TNP)¹² e a aceitação da jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). No plano da integração regional, merece nota a assinatura do Protocolo de Ushuaia em 1998, que estabeleceu a cláusula democrática no bloco, prevendo diversas sanções ao Estado-parte que romper com a ordem democrática em seu país.¹³ A Bolívia e o Chile, que se tornaram membros associados do Mercosul em 1996, também são signatários deste protocolo.

Segundo, pela própria participação nesses regimes, com o intuito de influenciar na formulação das regras negociadas que futuramente porventura viriam orientar estes esquemas de governança. Há neste ponto também uma constante e sutil crítica com relação às distorções de poder e riqueza globais. A ideia seria participar do sistema para, por dentro, tentar mudá-lo a seu favor.

12. Essa adesão ocorreu de forma coordenada com a Argentina, de Carlos Saul Menem, no contexto de um acordo com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) (Vigevani, Oliveira e Cintra, 2003).

13. O Artigo 5º do protocolo prevê desde a suspensão do direito de participar nos diferentes órgãos dos respectivos processos de integração até a suspensão dos direitos e das obrigações resultantes destes processos.

Por fim, por meio da integração regional, de forma a fortalecer as capacidades econômicas do país por meio do comércio com os sócios, do crescimento econômico e da atração de investimento externo direto (IED), e, também, como uma forma de agregar capacidades nas negociações e no diálogo com outras regiões, como colocou Luiz Felipe Lampreia (1998, p. 12), ministro das relações exteriores entre 1995 e 2001.

Seguindo a argumentação de Pinheiro (2000), essa forma de buscar autonomia que se consagrou no governo de Fernando Henrique Cardoso pode ser descrita como um institucionalismo pragmático, apresentando perfil mais ou menos vinculante a depender da situação em questão. Mais especificamente, em âmbito global, demanda instituições fortes, que possam de alguma maneira atenuar as assimetrias de poder do sistema internacional e permitir o acesso brasileiro ao desenvolvimento, enquanto no âmbito regional mantém organizações intergovernamentais, de baixo perfil institucional, sustentando o *status quo* do subsistema regional.

Mariano e Ramanzini Júnior, por seu turno, chamam atenção para o fato de que, neste que denominam “modelo de Mercosul presente na política externa brasileira”, formulado principalmente na política externa do governo Fernando Henrique Cardoso,

(...) as características do bloco devem concordar com os princípios de autonomia e desenvolvimento que, por sua vez, expressam-se no Mercosul a partir de duas características principais do processo de integração do Cone Sul: a intergovernamentalidade e a dificuldade em lidar com as assimetrias existentes (Mariano e Ramanzini Júnior, 2012, p. 23).

No que tange às negociações comerciais, a assinatura do Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação em 1995 entre o Mercosul e a União Europeia deu início à instrumentalização do bloco como coalizão internacional para negociação em dois tabuleiros distintos – União Europeia e Alca –, usando as ofertas realizadas em um e outro contexto como ativo político a apresentar de um lado a outro como alternativas. Além da existência destes dois contextos, o Brasil priorizou as negociações multilaterais na recém-criada Organização Multilateral do Comércio (OMC), na qual percebeu haver mais possibilidades de conseguir vantagens pela utilização do Mecanismo de Solução de Controvérsias (MSC), em função do formato de seu processo decisório e de suas prerrogativas para autorizar retaliações contra países transgressores das regras do regime (Vigevani, Oliveira e Cintra, 2003, p. 49).

Do ponto de vista econômico, o período compreendido entre a assinatura do Tratado de Assunção em 1991, passando pela estabilização econômica brasileira trazida pelo Plano Real em 1994, chegando à crise financeira asiática de 1997, corresponde ao que se pode chamar de idade de ouro do Mercosul. A corrente de comércio entre os integrantes do bloco cresceu a uma média anual superior a 25%.

A importância relativa das transações intrabloco, por sua vez, aumentou de 8,9%, em 1990, para 22,4%, em 1997. O IED brasileiro na Argentina quintuplicou entre 1993 e 1997. Como destaca Baumann (2001, p. 40), houve inclusive diversificação destes investimentos, antes concentrados em serviços, mormente os bancários. Dessa forma, não se pode negar um sentido estratégico do bloco como importante estimulador de fluxos econômicos para o Brasil até o primeiro governo Cardoso.

De toda forma, a contaminação dos mercados pela crise financeira trouxe dificuldades para o Brasil manter o regime de bandas cambiais que vinha sustentando a estabilidade econômica no país, acompanhado de outras medidas. Com a retração na liquidez internacional em função da crise russa, o governo brasileiro não teria mais recursos para sustentar a valorização da moeda brasileira por muito tempo. Dessa forma, passadas as eleições, em 1999, adotou-se o regime de câmbio flutuante e a moeda logo sofreu uma forte desvalorização. Automaticamente, os preços relativos no Mercosul se alteraram em favor do Brasil, mas o comércio intrabloco estagnou até 1999.

A Argentina, que vinha seguindo um modelo econômico baseado na paridade artificial de sua moeda, o peso, com o dólar americano, sofreu os efeitos daquela crise financeira internacional de maneira ainda mais dura. A desvalorização do real apenas agravou sua situação. Conforme coloca Ferrer (2006, p. 299-302), além de o Banco Central do país ter seguido bancando a paridade com o dólar com o esvaziamento de suas reservas, alguns erros de percurso contribuíram para que o governo argentino acabasse acumulando uma dívida impagável: *i)* abertura do mercado interno com taxa supervalorizada, que destruiu a indústria nacional; *ii)* instalação de filiais de empresas estrangeiras com déficits em suas transações com o exterior; e *iii)* reforma do setor previdenciário que reduziu os recursos do setor público.

O presidente Fernando De La Rúa governou a Argentina de 1999 a 2001. Depois que decretou o *corralito*¹⁴ e o povo saiu às ruas, não teve alternativa senão renunciar. A crise que era econômica tornou-se política, e, após a indicação sucessiva de vários nomes para a presidência, Eduardo Alberto Duhalde Maldonado tomou posse e governou o país durante 2002. Embora esforços tenham sido feitos, o risco país atingiu o maior pico visto na história econômica e o calote parcial da dívida externa foi inevitável, refletindo em dificuldades no acesso ao financiamento para a nação argentina até o presente.

De certa forma, nas negociações da Alca, essa situação de crise ensejou a perspectiva no Brasil e na Argentina – no governo e na sociedade – de que o processo deveria ser retardado, fortalecendo de alguma maneira uma convergência de

14. Como ficou apelidado o bloqueio das contas-correntes bancárias no país.

perspectivas dos dois lados da fronteira quanto a este tema. Como lembram Mariano e Vigevani (2006, p. 345), na III Cúpula das Américas de 2001, ocorrida em Quebec, Canadá, reafirmou-se, por exemplo, que a Alca não ambicionaria futuros aprofundamentos para outros níveis de integração além da área de livre comércio.

Na política externa brasileira, um tímido discurso de viés terceiro-mundista voltou a ter espaço. Com Celso Lafer à frente do Itamaraty de 2001 a 2002, o Brasil, também sob a voz da diplomacia presidencial, dissertou em diversos foros da governança global a respeito, a partir de então, da “globalização assimétrica”.

Regionalmente, foi relevante um pouco antes o lançamento da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) na I Cúpula Sul-Americana em 2000, revelando uma tentativa de retomar a ideia de que o espaço regional brasileiro compreenderia todo o subcontinente – além de demonstrar a busca de alternativas em um momento em que o Mercosul não progredia e perdia relevância econômica.

O governo Cardoso tratou de dar maior perfil político e uma agenda mais ampla ao processo, por meio da I Cúpula Sul-Americana (Brasília, 31 de agosto e 1º de setembro de 2000). Nessa cúpula, em que se incorporaram Guiana e Suriname, a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) foi lançada e foi impulsionado o processo de convergência da [Comunidade Andina de Nações] CAN com o Mercosul na ALCSA. Na cúpula, o processo da ALCSA foi assinalado como a futura espinha dorsal da América do Sul. Esses objetivos se reiteraram na ocasião da II Cúpula Sul-Americana, celebrada em Guayaquil (Equador) em 26 e 27 de julho de 2002 (Sanahuja, 2012, p. 35).

Por fim, vale ressaltar uma dimensão importante que está compreendida temporalmente no governo Cardoso. Refere-se àquilo que Seixas Corrêa (2000, p. 208), ao analisar o encaminhamento da integração regional no Cone Sul, chamou atenção para o desenvolvimento mais ou menos espontâneo do “Mercosul político” paralelamente ao econômico-comercial. O autor, que foi ministro interino das relações exteriores, em 2001, entre as gestões de Luiz Felipe Lampreia e Celso Lafer no governo Cardoso, elencou os três exemplos mais relevantes de iniciativas neste aspecto do bloco.

Primeiro, conforme mencionado anteriormente, a questão do compromisso com a democracia, formalizada pelo Protocolo de Ushuaia. Em segundo lugar, nesta ocasião, a Declaração Política do Mercosul, Bolívia e Chile como Zona de Paz, que aprofundou cooperação militar e medidas de confiança para a promoção da paz na região. Por último, a assinatura de uma série de acordos de cooperação na área judiciária.

Outro rol de medidas que merecem nota nessa dimensão – e também são lembradas por aquele diplomata – são as decisões que levaram à constituição do Foro de Consulta e Concertação Política do Mercosul (FCCP). Desde 1996, os

quatro Estados-partes do bloco estabeleceram um mecanismo de consulta e concertação política com os seguintes propósitos: ampliar e sistematizar a cooperação política no bloco; examinar as questões internacionais de especial interesse para os Estados-partes, com o objetivo de buscar concertar posições sobre elas; e considerar assuntos de interesse político relacionados a países terceiros, grupos de países ou organismos internacionais.

Em 1998, o mecanismo foi convertido no FCCP, como órgão auxiliar do CMC, integrado por altos funcionários das chancelarias dos Estados-partes. À nova instituição foi delegada a atribuição de formular recomendações, as quais são elevadas para a consideração do conselho. Observa-se, pois, como efeito da instrumentalização do bloco como coalizão internacional nas negociações da Alca e do acordo com a União Europeia, um início de transbordamento desta função para outras áreas temáticas não comerciais – a partir da criação deste órgão.

De qualquer maneira, o fato de o bloco regional não ter representação formal em nenhuma organização internacional – OMC e ONU, por exemplo, as principais em que deveria ter para cumprir a função de coalizão internacional e coordenação das políticas externas de seus integrantes, conforme argumenta Hoffmann (2007) – provoca severas limitações para que as atividades do FCCP tenham mais visibilidade e efetividade. Por isso, ao longo do tempo, foi se destacando a função deste órgão de apenas promover a consulta e o diálogo político intrabloco.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise histórica realizada ao longo deste artigo, identificam-se entre 1985 e 2002 mudanças significativas no regionalismo empregado no Cone Sul. Nesse sentido, há inicialmente uma proposta desenvolvimentista, com intervenção estatal e cooperação em políticas econômicas, que vai pendendo a partir de 1990 para um modelo liberal, o qual tem foco em desgravações tarifárias automáticas e lineares. Assim permanece o processo durante os anos 1990, até que, em função, entre outros fatores, da crise financeira asiática e russa que afeta o Brasil e, mais intensamente, a Argentina, acaba perdendo a ênfase liberal nos anos 2000 (Teixeira e Desiderá, 2012).

Da perspectiva da política externa brasileira, há de certa forma o mesmo movimento de mudança sob outros signos. Não poderia ser de outra forma, uma vez que o sentido estratégico conferido pelo país ao processo de integração regional tem tido grande influência sobre o formato que o regionalismo tem tomado na região. Portanto, se na visão da diplomacia sob o mandato de José Sarney predominava o paradigma globalista, de influência desenvolvimentista, cepalina-estruturalista, a partir do governo Collor de Mello, começou a ter espaço o paradigma americanista, com adoção dos padrões ocidentais capitalistas, em um contexto em que o fim da Guerra Fria se fazia iminente e a vitória do bloco ocidental estabelecia sua hegemonia.

A crise política doméstica, somada à tradição formuladora em política externa do corpo diplomático brasileiro, só fez atenuar a maneira como este paradigma se expressaria nos anos seguintes no país: de maneira mais cautelosa.

Com a chegada do governo Cardoso, a participação dos regimes internacionais como forma de elevar a credibilidade externa do país continuou sendo o eixo central de ação externa, seguindo a ideia de que era necessário abandonar a clivagem Norte-Sul na inserção internacional brasileira. Ao mesmo tempo, diante das investidas para a formação de uma área de livre comércio hemisférica e a pressão doméstica contra este projeto, consolidou-se a visão estratégica de que o bloco regional contribuía para a autonomia do país nas relações internacionais, pois representava, concomitantemente fonte de fluxos econômicos e coalizão defensiva.

A crise financeira asiática de 1997, seguida da crise russa, atingiram severamente as economias do Brasil e da Argentina, estagnando os expressivos resultados que o Mercosul vinha apresentando do ponto de vista econômico desde sua criação. Recorrentes controvérsias comerciais intrabloco se somariam a este contexto após 1999, de forma a fazer com que o sentido estratégico econômico que o bloco apresentava para a política externa brasileira ficasse a partir de então em suspenso.

Afinal, cumpre apontar que, no que tange àquilo que se manteve constante, para a política externa brasileira, apesar da mudança de paradigmas, no período analisado, sempre esteve presente uma visão estratégica do Mercosul como um projeto político garantidor da paz e da democracia na região. Além disso, o bloco também foi instrumentalizado como plataforma para agregar capacidades e aumentar o poder de barganha do país em negociações econômico-comerciais externas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. R. Evolução histórica do regionalismo econômico e político na América do Sul: um balanço das experiências realizadas. **Cena internacional**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 72-97, 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/4wTDKM>>.
- ARBILLA, J. M. Arranjos institucionais e mudança conceitual nas políticas externas argentina e brasileira (1989-1994). **Contexto internacional**, v. 22, n. 2, p. 337-385, jul./dez. 2000. Disponível em: <<http://goo.gl/p41MCH>>.
- BAUMANN, R. Mercosul: origens, ganhos, desencontros e perspectivas. *In*: _____. (Org.). **Mercosul: avanços e desafios da integração**. Brasília: Ipea, 2001. cap. 1, p. 19-68.
- BERNAL-MEZA, R. Políticas exteriores comparadas de Argentina e Brasil rumo ao Mercosul. **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, v. 42, n. 2, p. 40-51, jul./dez. 1999. Disponível em: <<http://goo.gl/vuLRXM>>.

BUENO, C. O Brasil e o integracionismo: do ABC de Rio Branco à Operação Pan-Americana. *In*: FUNAG – FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO. **A América do Sul e a integração regional**. Brasília: FUNAG, 2012. p. 43-62.

FERRER, A. **A economia argentina**: de suas origens ao início do século XXI. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2006.

FONSECA JÚNIOR, G. **A legitimidade e outras questões internacionais**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. Disponível em: <<http://goo.gl/12FUvI>>.

FRAGA, R. Uma visão política do Mercosul. *In*: CAMPBELL, J. (Org.). **Mercosul: entre a realidade e a utopia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 217-235.

HIRST, M. La dimensión política del Mercosur: especificidades, aspectos institucionales y actores sociales. **Perfiles latinoamericanos**, n. 4, p. 37-62, 1994. Disponível em: <<http://goo.gl/LZILZ9>>.

HIRST, M.; LIMA, M. R. S. Crisis y toma de decisión en la política exterior brasileña: el programa de integración Argentina-Brasil y las negociaciones sobre la informática con Estados Unidos. *In*: RUSSEL, R. (Org.). **Política exterior y toma de decisiones en América Latina**. Buenos Aires: GEL, 1990.

HIRST, M.; PINHEIRO, L. A política externa do Brasil em dois tempos. **Revista brasileira de política internacional**, v. 38, n. 1, p. 5-23, 1995. Disponível em: <<http://goo.gl/KWfYwk>>.

HOFFMANN, A. R. A representação do Mercosul nas organizações internacionais. **Radar do sistema internacional**, 2007.

JAGUARIBE, H. **El proyecto sudamericano**. Montevideo: Integración Sur; Claes, 2005.

LAMPREIA, L. F. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, v. 41, n. 2, p. 5-17, 1998. Disponível em: <<http://goo.gl/knprdg>>.

LEITE, P. S. **O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos da política externa**: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: FUNAG, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/EszeW0>>.

LIMA, M. R. S. Ejes analíticos y conflictos de paradigmas en la política exterior brasileña. **América Latina/Internacional**, v. 1, n. 2, p. 27-46, 1994.

MARIANO, M.; RAMANZINI JÚNIOR, H. Uma análise das limitações estruturais do Mercosul a partir das posições da política externa brasileira. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, v. 20, n. 43, p. 23-41, out. 2012.

MARIANO, M.; VIGEVANI, T. A Alca e a política externa brasileira. *In*: ALTEMANI, H.; LESSA, A. C. (Orgs.). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 1, cap. 11, p. 321-356.

- OLIVEIRA, H. A. **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- OLIVEIRA, O. M. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul. **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 5-23, jan./jun. 1998. Disponível em: <<http://goo.gl/85qC5i>>.
- PINHEIRO, L. Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 305-335, jul./dez. 2000.
- SANAHUJA, J. A. Regionalismo post-liberal y multilateralismo em Sudamérica: el caso de Unasur. *In*: SERBIN, A.; MARTÍNEZ, L.; RAMANZINI JÚNIOR, H. (Orgs.). **El regionalismo “post-liberal” em América Latina y el Caribe**. Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos. Buenos Aires: Cries, 2012.
- SEIXAS CORRÊA, L. F. A visão estratégica brasileira do processo de integração. *In*: CAMPBELL, J. (Org.). **Mercosul: entre a realidade e a utopia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p. 183-216.
- TEIXEIRA, R.; DESIDERÁ, W. **A recuperação do desenvolvimentismo no regionalismo latino-americano**. Brasília: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n. 1.790). Disponível em: <<http://goo.gl/im1184>>.
- VAZ, A. C. **Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul**. Brasília: FUNAG; Ipea, 2002. Coleção Relações Internacionais.
- VIDIGAL, C. E. A integração sul-americana como um projeto brasileiro: de Uruguiana às Malvinas. *In*: FUNAG – FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO. **A América do Sul e a integração regional**. Brasília: FUNAG, 2012. p. 63-77. Disponível em: <<http://goo.gl/O643jh>>.
- VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F.; CINTRA, R. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo social**, São Paulo, p. 31-61, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ONUJI, J. O Brasil e a construção do Mercosul. *In*: ALTEMANI, H.; LESSA, A. C. (Orgs.). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 1, cap. 10, p. 299-320.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Reginaldo da Silva Domingos

Revisão

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Laeticia Jensen Eble

Leonardo Moreira de Souza

Marcelo Araujo de Sales Aguiar

Marco Aurélio Dias Pires

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Barbara Pimentel (estagiária)

Jessyka Mendes Carvalho Vasquez (estagiária)

Karen Aparecida Rosa (estagiária)

Tauãnara Monteiro Ribeiro da Silva (estagiária)

Editoração

Bernar José Vieira

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniella Silva Nogueira

Danilo Leite de Macedo Tavares

Diego André Souza Santos

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higaa

Capa

Aline Rodrigues Lima

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3315 5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 11/13,2 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em pólen soft 80g/m² (miolo)
Cartão supremo 250g/m² (capa)
Brasília-DF

INSTRUÇÕES PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS

1. A *Revista Tempo do Mundo* tem como propósito apresentar e promover debates sobre temas contemporâneos. Seu campo de atuação é o da economia e política internacionais, com abordagens plurais sobre as dimensões essenciais do desenvolvimento, como questões econômicas, sociais e relativas à sustentabilidade.
2. Serão considerados para publicação artigos originais redigidos em português, inglês e espanhol.
3. As contribuições não serão remuneradas, e a submissão de um artigo à revista implicará a transferência dos direitos autorais ao Ipea, caso ele venha a ser publicado.
4. O trabalho submetido será encaminhado a, pelo menos, dois avaliadores. Nesta etapa, a revista utiliza o sistema *blind review*, em que os autores não são identificados em nenhuma fase da avaliação. A avaliação é registrada em pareceres, que serão enviados aos autores, mantido o sigilo dos nomes dos avaliadores.
5. Os artigos, sempre inéditos, deverão ter no máximo trinta páginas, incluindo ilustrações (tabelas, quadros, gráficos etc.), espaços, notas de rodapé e referências.
6. O arquivo deve ser editado em Microsoft Word ou editor de texto compatível; e a formatação deve seguir os padrões da revista: *i)* fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5 e parágrafo justificado; e *ii)* margens: superior = 3 cm, inferior = 2 cm, esquerda = 3 cm e direita = 2 cm. As ilustrações devem ser numeradas e conter legendas, fonte e indicação de autoria.
7. As chamadas das citações deverão ser feitas no sistema autor-data, de acordo com a norma NBR 10520 da ABNT.
8. Para a apresentação das referências, observar a norma NBR 6023 da ABNT. As referências completas deverão ser reunidas no fim do texto, em ordem alfabética.
9. Apresentar em página separada: *i)* título do trabalho em português e em inglês – em maiúsculas e negrito; *ii)* até cinco palavras-chave; *iii)* um resumo de cerca de 150 palavras, em português e em inglês; *iv)* classificação JEL; e *v)* informações sobre o(s) autor(es): nome completo, titulação acadêmica, filiação profissional e/ou acadêmica atual, área(s) de interesse em pesquisa, instituição(ões) de vinculação, endereço, *e-mail* e telefone. Se o trabalho possuir mais de um autor, ordenar de acordo com a contribuição de cada um ao trabalho.
10. Deverão ser enviados dois arquivos: *i)* documento de submissão: arquivo com o texto e as ilustrações – versão completa, sem identificação de autoria – em formato PDF; e *ii)* documento suplementar: arquivo com o texto e as ilustrações em formato Microsoft Word ou editor de texto compatível. Obs.: caso o artigo possua ilustrações, estas também deverão ser entregues em separado, em arquivos específicos nos formatos originais.
11. Cada (co)autor receberá cinco exemplares da revista em que seu artigo for publicado.
12. As submissões deverão ser feitas on-line pelo *e-mail* tempodomundo@ipea.gov.br.

Itens de verificação para submissão

1. O texto deve ser inédito.
2. O texto deve estar de acordo com as normas da revista.

Declaração de direito autoral

A submissão de artigo autoriza sua publicação e implica compromisso de que o mesmo material não será submetido a outro periódico simultaneamente.

O original é considerado definitivo, sendo que os artigos selecionados passam por revisão ortográfica e gramatical conforme o Manual do Editorial do Ipea (2ª edição). A revista não paga direitos autorais aos autores dos artigos publicados. O detentor dos direitos autorais da revista, inclusive os de tradução, é o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com sede em Brasília. A tradução deve ser aprovada pelo editor antes da publicação.

Política de privacidade

Os nomes e os *e-mails* fornecidos serão usados exclusivamente para os propósitos editoriais da *Revista Tempo do Mundo*, não sendo divulgados nem disponibilizados para nenhuma outra entidade.

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ISSN 2176-7025

